

# Reflexão e discussão sobre o papel da língua portuguesa no ensino em São Tomé e Príncipe

*Ana Vieira Barbosa*

Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

*Manuel Neto*

Universidade de São Tomé e Príncipe

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2025.48/pp.191-198>

## Resumo

O artigo analisa a formação histórica e o atual enquadramento linguístico de São Tomé e Príncipe, evidenciando a coexistência entre a variedade local do português – resultante da nativização e do contacto com crioulos – e o português europeu, que permanece como norma de escolarização. Os autores descrevem como processos históricos (introdução do português, formação de crioulos, massificação escolar) originaram uma macrovariedade são-tomense do português com microvariedades internas. Examina-se o impacto dessa diversidade no sistema educativo: a adoção exclusiva da variedade europeia nos currículos e materiais didáticos gera discrepâncias entre a língua de ensino e a língua de convívio dos alunos, com consequências negativas para a aprendizagem de todos os conteúdos programáticos e em todos os níveis de ensino. Argumenta-se que a falta de estudos sistemáticos sobre a variedade local impede a sua integração pedagógica e que a superação das dificuldades passa por aprofundar o conhecimento linguístico da variedade são-tomense e por repensar práticas curriculares e materiais didáticos de modo a aproximar ensino e realidade linguística.

**Palavras-chave:** crioulo, educação, língua portuguesa, multilinguismo, São Tomé e Príncipe.

## Abstract

The article reviews the historical development and current linguistic landscape of São Tomé and Príncipe, highlighting the coexistence of a nativized, contact-influenced São Toméan Portuguese and European Portuguese, the latter remaining the instructional norm. The authors trace how historical processes (Portuguese introduction, creole formation, and mass schooling) produced a São Toméan Portuguese macrovariety with internal microvarieties. The paper discusses the educational consequences of this linguistic diversity: the exclusive use of the European variety in curricula and teaching materials creates a mismatch with students' everyday language, the one they truly master, with negative consequences for the learning of all programmatic content and at all levels of education. They conclude that the scarce systematic study of the local variety prevents its pedagogical integration and recommend deepening linguistic research on São Toméan Portuguese and rethinking curricular practices and materials to better align schooling with linguistic reality.

**Keywords:** creole, education, multilingualism, portuguese language, São Tomé and Príncipe.

O arquipélago de São Tomé e Príncipe tem uma história linguística rica, iniciada no século XVI, e que resulta numa atualidade linguística que se caracteriza pela diversidade. A população estabelece relações diferentes com a língua

portuguesa, que predomina nas comunicações do Estado e no ensino, e com os vários crioulos. Daqui resulta que “Os diferentes falares portugueses de STP já não correspondem à norma europeia inicialmente ali instaurada, mas “santomense” e é, hoje, português(es) de São Tomé e Príncipe.” (Balduino et al., 2022, p. 8129). Daqui decorrem dificuldades no processo de ensino-aprendizagem que requerem uma reflexão no sentido de compreender a sua verdadeira dimensão, as suas possíveis consequências e eventuais propostas sobre como harmonizar a língua portuguesa e a língua utilizada pelos falantes em contexto.

### **1. Introdução e percurso das línguas em São Tomé e Príncipe**

A realidade linguística que atualmente se vive em São Tomé e Príncipe reveste-se de particularidades que remontam ao modo como se formou. Observar o modo como as diversas línguas foram introduzidas em São Tomé e Príncipe ajuda a compreender o atual panorama linguístico.

O português e diversas línguas africanas são inicialmente introduzidas na sequência da descoberta das ilhas pelos portugueses, em finais do século XV. Estas línguas permaneceram ainda que com diferentes pesos sociais e económicos. Da sua interação surge “um *pidgin* capaz de assegurar a comunicação básica num contexto multilíngue. A rápida expansão e nativização deste *pidgin* deu origem a um crioulo de base lexical portuguesa, que passou a ser a língua da comunidade de escravos (livres).” (Gonçalves & Hagemeyer 2015, p. 88). O interesse comercial que os portugueses tinham no arquipélago diminuiu, assim como a sua presença, e, consequentemente, a presença da língua portuguesa.

Renovado interesse económico pelo arquipélago surge em meados do século XIX e um novo aumento da população portuguesa reforça a presença do português. Por esta altura, o “crioulo (forro) é a língua materna de grande parte da população nativa de São Tomé; o espaço do português é mais limitado e adivinha-se ser sobretudo de L2.” (Gonçalves & Hagemeyer, 2015, p. 89). Contudo, o fortalecimento da presença portuguesa altera este panorama. A instalação, em meados do século XX, das escolas com ensino em português contribuiu para a reversão desta situação. Com o tempo a língua portuguesa impõe-se enquanto as línguas autóctones perdem relevância. Atualmente, “Em STP, a língua portuguesa é a língua veicular de uso cotidiano da população santomense e, muitas vezes, única língua de seus falantes, especialmente das camadas mais jovens da população.” (Balduino et al., 2022, p. 8129).

Há neste processo que referir ainda um outro fator, as influências que os crioulos nativos tiveram no português levado pelos portugueses e, por acréscimo, nas especificidades do português de São Tomé. “Esta transição histórica de português

L2 para português L1 reflete-se nas características que hoje constituem o português de São Tomé.” (Gonçalves & Hagemeijer, 2015, p. 92).

## **2. Português de São Tomé e Príncipe e português europeu**

O percurso histórico exposto demonstra que atualmente os falantes de português não são falantes de português europeu mas de português de São Tomé e Príncipe. Diversas circunstâncias históricas e linguísticas conformam a variedade falada em São Tomé e Príncipe. No arquipélago desenvolveram-se crioulos, *lung'ie*, *angolar* e *forro*, usados como língua materna. Na sequência da difusão do português a partir da segunda metade do século XIX e da sua assunção como língua oficial, “a tendência para a nativização do português parece ter-se acentuado sobretudo depois da independência, e está relacionada com fatores como a escolha do português como língua oficial exclusiva, a massificação da escolarização em português e o aumento da mobilidade social.” (Gonçalves & Hagemeijer, 2015, p. 91).

O modo como os falantes acedem à língua portuguesa é diverso, daí resultando diferentes níveis de conhecimento da mesma e também diferentes graus de permeabilidade à “nativização do português”. Para os crioulos, o português contribuiu principalmente com o substrato lexical. No processo inverso, “A transmissão linguística irregular identificada na disseminação do português em STP resulta em reanálises estruturais (LUCCHESI; BAXTER, 2009) que, por consequência, atribuem traços linguísticos identitários às variedades do português que emergiram no arquipélago. É natural, portanto, que algumas características das línguas autóctones, na condição de L1, fossem transportadas e empregadas no português L2, o qual, posteriormente, era transmitido às gerações mais novas e adquirido como L1.” (Balduino et al., 2022, p. 8130).

O resultado de todo este processo é a existência de uma variedade são-tomense do português que apresenta traços das línguas autóctones. Este português de São Tomé e Príncipe caracteriza-se por ser “uma macrovariedade que engloba diferentes microvariedades santomenses, e que é caracterizada por fenômenos estruturais diversos de variação e de mudança linguística, induzidos por processos ligados ao contato linguístico (Balduino, 2022; Agostinho; Mendes, 2020; Balduino; Agostinho, 2020, entre outros)” (Santiago e Balduino, 2023, p. 8).

No cenário linguístico de São Tomé e Príncipe coexistem de forma não pacífica duas variedades do português cujos papéis, ainda que reconhecidos pelos falantes, não estão oficialmente estabelecidos. “Com efeito, em São Tomé e Príncipe, as concepções de língua materna/língua nacional/língua oficial em relação não são coincidentes, porque, nesse espaço, mesmo a língua portuguesa sendo a

língua oficial, ela não é sempre considerada como língua nacional.” (Agostinho et al. 2020, p. 73). Esta variedade corresponde à língua de uso da maioria da população, a “língua nacional”, não sendo no entanto a língua-alvo de escolarização.

O presente trabalho não pretende explorar as circunstâncias que deram origem à variedade linguística de São Tomé e Príncipe nem contribuir para a sua caracterização. O nosso propósito reside em perceber de que modo a não consideração desta língua materna no processo de ensino afeta o processo de escolarização, enformado pelo português europeu. Nas palavras de Pegado, “A discrepância entre a língua de ensino e a língua de convívio da população estudantil não tem sido fácil de conciliar e, bem vistas as coisas, facto é que os alunos vivem num contexto de imersão total na sua língua materna, com exposição diminuta à norma europeia que ocorre, em regra, apenas dentro do horário letivo.” (2018, p. 23). Nos estabelecimentos de ensino, nomeadamente nos de ensino superior, os docentes sentem dificuldades decorrentes de um desajuste entre o português que os alunos falam e o português em que fazem a sua escolarização. Este desajuste coloca dificuldades a todos e desafios aos docentes.

De acordo com Bandeira (2018: 9), em São Tomé e Príncipe, a língua portuguesa, na sua variedade são-tomense, falada e escrita por quase toda a população, precisa de ser vista de forma diferente, uma vez que o ensino ainda está afinado ao português europeu.

As diferentes formas de falar e escrever o português são bem visíveis no espaço da CPLP, sendo que este fenómeno não deve ser subalternizado ou negligenciado. Isto significa dizer que os países da CPLP devem encontrar os pontos de equilíbrio que permitam salvaguardar o interesse por uma língua comum e as suas variedades emergentes no interior da comunidade, o que permite garantir que as variedades nacionais do português de cada um desses países sejam respeitadas.

### **3. A língua portuguesa no ensino**

A relação que a maioria dos são-tomenses tem com o português europeu é caracterizada como L2, já que tem o português variedade local como L1. Este facto tem grande implicação no sistema de ensino, porque os estudantes levam para a sala de aula a estrutura gramatical da L1 (variedade local do português), que já se encontra formatada através do seu convívio social. Desta forma, há necessidade de encontrar uma metodologia de ensino de língua portuguesa que busque conciliar as duas variedades: a variedade local e a variedade europeia.

A língua portuguesa, sendo a língua de escolarização em São Tomé e Príncipe, deve afirmar-se, antes de mais, como um elemento fundamental em todo o

processo de ensino e de aprendizagem, na medida em que para além das suas fronteiras disciplinares, ela está diretamente relacionada com a questão do sucesso e insucesso escolar em todo o sistema de ensino são-tomense, desde o ensino pré-escolar até ao ensino superior, passando pelo ensino básico, secundário e pré-universitário. Esta sua dimensão transversal atesta o quão relevante ela é no processo de formação cultural e técnico-científica dos são-tomenses.

As competências a adquirir em língua portuguesa, expressas nos Currículos Nacionais, pressupõem o desenvolvimento do indivíduo enquanto ser social e membro de um mundo globalizado. Podemos, de forma resumida, destacar quatro grandes eixos de competências fundamentais da língua portuguesa que, naturalmente, não podem ser equacionados de forma isolada:

1. O eixo da experiência humana pauta-se pela tensão entre a individualidade e a comunidade, com os correspondentes procedimentos de integração e de interação do sujeito linguístico com uma identidade nacional configurada em várias instâncias e em múltiplos discursos. Insere-se neste eixo de atuação a relação que o sujeito linguístico estabelece com o português europeu e a variedade nacional.
2. O eixo da comunicação linguística é dominado pela interação do sujeito linguístico com os outros, seja pela prática da oralidade, seja pela prática da escrita. Trata-se de um processo de ajustamento dos atos comunicativos a contextos específicos e de ponderação dos fins que esses atos têm em vista.
3. O eixo do conhecimento linguístico centra-se, de um modo geral, na utilização proficiente e continuada da língua. É aqui que se encontra o domínio das regras gramaticais que conferem ao sujeito linguístico um índice elevado de consciência do funcionamento da língua em direta conexão com a observação do erro, bem como do desrespeito pelas normas.
4. O eixo do conhecimento translinguístico remete para a relação da língua com a aquisição de outros saberes a que ela dá acesso, o que, por seu turno, conduz diretamente à estruturação de um pensamento próprio por parte do sujeito linguístico e à configuração de todo o conhecimento que o sistema de ensino potencia.

#### **4. A língua portuguesa e a realidade escolar**

Só na segunda metade do século XIX se inicia o processo de escolarização em São Tomé e Príncipe. Inicialmente de forma precária e incipiente, apenas na década de 60 do século XX e, sobretudo, após a independência, o ensino ganhará uma dimensão verdadeiramente democrática (Santiago e Balduino 2023).

Atualmente, o ensino no arquipélago é tutelado por dois documentos: a Lei de Bases do Sistema Educativo (2018) e a Carta de Política Educativa (2022). O primeiro documento refere apenas a língua portuguesa embora o segundo aponte a necessidade de “inserção da aprendizagem de línguas nacionais no currículo de ensino básico” (São Tomé, 2022, p. 53). As línguas crioulas nacionais e a língua portuguesa são consideradas bens imateriais, denotando o reconhecimento oficial da realidade multilingue do arquipélago. Não se considera a variedade são-tomense do português, encarando-se a língua portuguesa como homogénea.

Coloca-se a questão de perceber como é que a realidade multilingue se repercute no sistema de ensino. Como já indicado, o ensino contempla unicamente a norma padrão do português europeu. Efetivamente, ao nível do ensino verifica-se um “não reconhecimento da existência das variedades locais de português em STP, evidenciado no material didático” (Santiago e Balduino, 2023, p. 23). Por conseguinte, os alunos aprendem a partir de recursos didáticos redigidos numa variedade linguística distinta daquela que usam no seu quotidiano. “Tal cenário gera problemas incalculáveis para o ensino de português como língua materna no país. Com efeito, as diferenças estruturais, previsíveis, entre as variedades europeia, empregada nos livros didáticos, e santomense, variedade dos discentes e docentes, terminam por gerar uma falsa dicotomia entre *certo e errado*... Tal imposição cria uma espécie de conflito entre a língua de fato ensinada na escola, a variedade-padrão europeia, e o dialeto social que o aprendiz domina, de acordo com sua origem sociocultural” (Agostinho et al. 2020, p. 74). A dicotomia certo-errado e o conflito dela decorrente acarretam dificuldades de aprendizagem do português “o desempenho dos alunos, em língua portuguesa, como exposto pelo documento *Compreender para agir: cinco estudos da Rede de Investigação em Educação – São Tomé e Príncipe (PAISE-STP)*, de Araújo e Aragão (2023), publicado no IMVF (2023), é transpassado por grandes dificuldades em áreas como ortografia, pontuação, morfossintaxe e o uso de mecanismos de coesão e coerência textual, o que pode ser intensificado quando é exigido ao aluno que utilize uma variedade que não a sua, isto é, quando é oferecido um contexto inadequado para a aprendizagem como paradigma.” (Santiago e Balduino, 2023, 25-26). Há que considerar que também o processo de aprendizagem em outras disciplinas fica comprometido na medida em que o domínio linguístico é condição de acesso aos conteúdos veiculados pelos recursos didáticos. Deve ainda referir-se que as noções de certo e errado, aplicadas às variedades de uma língua, não têm fundamento.

Esta situação causa igualmente dificuldades ao corpo docente que “precisaria também manter a atenção no código linguístico que utiliza nas aulas, uma tarefa

extenuante, artificial e que pouco contribui para o ensino.” (Santiago e Balduino, 2023, 26).

Uma das razões para que a variedade de São Tomé e Príncipe não seja contemplada no sistema de ensino pode prender-se com o facto de esta variedade não estar estudada nem sistematizada. O parco conhecimento por parte da comunidade académica e científica inviabiliza a sua utilização em sala de aula e em recursos didáticos, “há poucos estudos sistemáticos a respeito do português falado em São Tomé e se sabe menos ainda sobre o português do Príncipe que se subdivide notadamente em português como L1, para a maioria dos principenses, e como L2 para aqueles que se identificam como cabo-verdianos e falam o kabuverdianu como L1” (Agostinho et al. 2020, p. 75).

Deve ainda recordar-se que esta variedade não é homogénea e que ela própria apresenta variações sensíveis aos falantes. Este facto fortalece a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o português de São Tomé e Príncipe, sende este conhecimento o ponto de partida para repensar todo o processo de ensino-aprendizagem.

## 5. Reflexões finais

A história do desenvolvimento linguístico em São Tomé e Príncipe, que envolve o português e línguas africanas, originou uma realidade multilingue na qual o português, na sua variedade europeia, prepondera. Esta preponderância não significa, contudo, que seja a L1 da maioria da população. Este facto levanta dificuldades no processo de ensino-aprendizagem que urge sistematizar e resolver. Para tal, será necessário aproximar o ensino da língua que docentes e discentes falam e, portanto, promover um conhecimento completo e profundo do português de São Tomé e Príncipe.

## Referências

- Agostinho, A. L., M., Bandeira, M. & Freitas, S. (2020). Línguas crioulas e o papel da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe. In S. I. C. C. de Vasconcelos & F. M. de Souza (Eds.), *Lusofonias Em Debate*, 63-86. Mentis Abertas.
- Balduino, A. M. & Bandeira, M. (2022). A ascensão da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe. *Domínios de Linguagem*, 16(3), 991-1025 DOI: 10.14393/DL51-v16n3a2022-4
- Balduino, A. M., Bandeira, M. & Freitas, S. (2022). A Língua Portuguesa de São Tomé e Príncipe. *Fórum Linguístico*, 19(3), 8125-8143. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/download/79197/51954>. DOI: 10.5007/1984-8412.2022.e79197
- Barroso, J. & Pinhal, J. (1996). *A Administração da Educação os Caminhos da Descentralização*, Edições Colibri.

Gonçalves, R. & Hagemeyer, T. (2015). O português no contexto multilingue: o caso de São Tomé e Príncipe. *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane, série: Letras e Ciências Sociais*, 1(1), 87-107. <http://hdl.handle.net/10451/31032>

Ministério da Educação e Ensino Superior, República Democrática de São Tomé e Príncipe, Carta de Política Educativa 2019-2023.

Pegado, M. da G. (2018). O estatuto da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe: uma análise em contexto escolar [dissertação de mestrado não publicada]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/46237>

Raposo, E. P. (1992). *A Faculdade da Linguagem*, 2.<sup>a</sup> edição, Coleção Universitária, Edições Caminho.

República Democrática de São Tomé e Príncipe, Lei n.º 4/2018, Lei de Bases do Sistema Educativo.

Santiago, A. M. & Balduino, A. M. (2023). A língua portuguesa em São Tomé e Príncipe: pluricentrismo, colonialismo e ensino. *Domínios da Linguagem*, 17. <https://doi.org/10.14393/dl>

Data de receção: 31/12/2024

Data de aprovação: 03/06/2025